

Governo contou com apoio do PMDB e PSDB

Rosa Costa/AE

O projeto de mudança da Medida Provisória 295, que congelou preços e salários, só foi aprovado ontem, numa sessão que se estendeu até às cinco horas da manhã, porque o governo conseguiu fechar um acordo com o PMDB e o PSDB. O acordo incluiu um aumento do salário mínimo, considerado insuficiente pelo PDT e PT, que acusaram o PMDB e o PSDB de traírem os trabalhadores.

Para garantir o término da votação na madrugada de ontem, os partidos concordaram em reduzir os 140 destaques apresentados ao projeto para apenas oito. O líder do PT, José Genoíno, e o deputado Luis Salomão (PDT-RJ), ameaçaram obstruir os trabalhos pedindo votação nominal dos destaques, mas depois acabaram desistindo da idéia. O líder do PSDB, José Serra, ironizou o comportamento dos deputados, dizendo: "É fácil marcar posição quando se confia no patriotismo dos outros". Para Serra, a oposição do PT e PDT era apenas jogo de cena.

Serra ironizou o posicionamento desses partidos, afirmando: "Criticar é fácil, quero ver é como o Congresso vai enfiar a pasta de dente de volta no tubo, caso ocorra o buraco negro". O líder tucano disse que era necessária uma atitude construtiva para evitar uma situação incontrolável no País. "O Plano Collor II foi feito de forma autoritária e com erros técnicos, mas deve ser aprovado para evitar um declive, como aconteceu com a Argentina", argumentou.

Já o líder do PMDB, Genebaldo Corrêa, repetiu inúmeras vezes que o apoio do partido se prendia à condição provisória da política salarial em votação (ela tem validade de apenas seis

meses). "Amanhã mesmo começaremos a trabalhar por uma política salarial definitiva", garantiu ele.

O projeto obteve voto favorável de 286 deputados de um total de 394 presentes à Câmara. Na votação simbólica realizada no Senado, apenas os parlamentares do PDT e PT votaram contra. O plenário permaneceu lotado durante as oito horas de votação, um fato pouco comum, atribuído pelo presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), "à disposição do

novo Congresso".

Os 14 deputados da chamada "bancada de amigos de Collor" — assim denominada pelo deputado Euclides de Mello (PRN-SP), primo do presidente — se inscreveram para falar a favor do projeto. O deputado Gilvan Borges (PRN-AM) rasgou na tribuna um papel em branco, dizendo que era isso que as esquerdas estavam fazendo com suas teses. "Esses partidos estão votando contra as promessas que fizeram nos palanques", protestou.

Borges e o deputado Tony Gel (PRN-PE), outro defensor do projeto, foram vaiados por cerca de 30 sindicalistas da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) presentes na galeria. Os seguranças do Congresso reprimiram a manifestação e não deixaram que fosse exibida uma faixa defendendo "salários justos para os trabalhadores". O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tentou impedir que os sindicalistas deixassem as galerias, como preferiram fazer depois de discutir com os seguranças.



José Paulo Lacerda/AE

A sessão que definiu a nova política salarial varou a madrugada. Cansados, vários deputados dormiram no plenário.